

## POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO ENTRE AS PEDAGOGIAS DE MARTINHO LUTERO E DE PAULO FREIRE

Autor: Everaldo Fernandes da Silva;  
Co-autor: William Francisco da Silva.

*Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste*  
E-mail: [everaldofernandes.silva@gmail.com](mailto:everaldofernandes.silva@gmail.com)

**Resumo:** Este presente artigo, resultado de uma pesquisa em curso na área de Educação, ensaja distinguir e aproximar de forma dialógica as pedagogias Luterana e Freireana. Não obstante, o distanciamento espaço-temporal entre ambos, com as especificidades contextuais, materiais e simbólicas, situamos aspectos relevantes em suas empreitadas educativo-políticas que podem fortalecer as teorias e práticas pedagógicas que consubstanciam o inventário da formação de professores nos espaços escolares e não-escolares, das políticas de educação e das didáticas emancipadoras perante os desafios formativos e complexos que as sociedades atuais experimentam e atravessam. As penhoras da autonomia dos sujeitos aprendentes, da educação como elemento emancipador e humanizador, bem como da luta coletiva por uma educação pública, laica e gratuita fazem parte do repertório tanto de Martinho Lutero como de Paulo Freire em seus respectivos territórios e períodos distintos e distantes. Ambos se encontram na salvaguarda dos princípios fundantes de Educação e Mudança, de Educação e ludicidade, além da livre interpretação da vida e dos escritos aparentemente intocáveis. Essa discussão mostra-se pertinente na atualidade num contexto em que o pensamento freireano está sendo posto em descrédito pela mídia, especialmente, pelos sujeitos que desconhecem sua proposta educacional e o seu protagonismo de uma educação libertadora de origem latino-americana. Noutra parte, por ocasião dos quinhentos anos da reforma protestante, quando a figura de Lutero como reformador e, fundamentalmente, como educador merece destaque e, sobremaneira, um reparo histórico, uma ampla releitura das suas contribuições depois de cinco séculos de silenciamento e de adulteração das suas propostas societais, religiosas e educacionais. Esta investigação tem como fio condutor a abordagem qualitativa de cunho bibliográfico. A respectiva metodologia escolhida é a que melhor atende às exigências do caminho investigativo, na medida em que abarca o caráter dinâmico e rigoroso, esquiva-se da busca por verdades absolutas, aproximando-se de uma tarefa rígida para compreender uma dada realidade, a simbologia e a conotação que a constituem, influenciadores e influenciados por sujeitos, atores sociais que a compõem de modo dialógico.

**Palavras-chave:** Martinho Lutero, Paulo Freire, Educação, Emancipação.

### INTRODUÇÃO

A nossa intencionalidade com essa pesquisa em curso é conhecer alguns aspectos relevantes do pensamento luterano que traduzem a sua ideia de educação. Da mesma forma com Freire, ressaltando suas possíveis aproximações com as ideias embrionárias e revolucionárias do Reformador acerca da educação.

Um dado relevante que emergiu a partir de nossas investigações, de modo exploratório à temática, foi quando percebemos que Martinho Lutero pouco é referenciado na academia como um pensador da educação, mesmo sabendo-se que ele fora

um grande líder precursor do pensamento moderno, pouco se explora o seu pensamento pedagógico que influenciou significativamente as bases para a concepção de uma educação pública, laica e universal. De acordo com Jardimino (2009) os pensadores da História da Educação, ao tratarem do tema da Reforma e a educação em manuais, em sua maioria, fazem-no de passagem. “Há uma ausência de material reflexivo do que foi esse momento na história da Educação” (JARDILINO, 2009, p. 8).

Observamos, portanto, que a contribuição da Reforma Protestante para a educação parece passar despercebida na academia e até mesmo nas obras que retratam a História da Educação, sendo a essa temática, reservado um espaço incipiente. Tendo em vista que neste ano (2017), comemoram-se os 500 anos da Reforma Protestante, lançamo-nos na pesquisa com o intuito também de conhecermos aspectos significativos do pensamento pedagógico de Lutero em articulação com aspectos aproximativos da pedagogia freireana.

Segundo José Rubens Jardimino (2009) Lutero é a primeira voz que se ergue em defesa de uma educação pública, gratuita e inclusiva. A implantação do sistema público de ensino na Alemanha protestante será uma de suas principais lutas, inclusive Lutero escreve textos alertando e exortando os poderes políticos da sua época para que não somente criem escolas públicas, mas também bibliotecas nas cidades<sup>1</sup>. De acordo com Silva (2011) a trajetória da Educação Popular é traçada por inúmeras características que vão configurando-a, dentre elas, destacam-se: as práticas *de, com e para* os trabalhadores; as lutas pela universalização da educação com predicados de ser *pública, laica e gratuita*. É, portanto, nesta perspectiva que enveredam as tentativas de diálogo entre Lutero e a Educação Popular.

Para a efetivação deste trabalho, precisamente, servimo-nos de três escritos de Lutero: *À nobreza cristã da nação alemã, acerca da melhoria do estamento cristão; Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs; Uma prédica para que se mandem os filhos à escola*. Com relação à Freire, elegemos três obras: *Pedagogia do Oprimido; Educação e Mudança; Pedagogia da Autonomia*.

Esta investigação tem como fio condutor a abordagem qualitativa de cunho bibliográfico na perspectiva apontada por Gatti (2007, p. 43) que compreende este percurso investigativo e analítico como “ato vivo, concreto, que se revela nas nossas ações, na nossa

---

<sup>1</sup> “[...] aconselha-se a todos aqueles que se interessam pela criação e manutenção de tais escolas e pelo estudo das línguas na Alemanha que não sejam poupados esforços nem dinheiro para instalar livrarias ou bibliotecas, especialmente nas grandes cidades que tenham condições” (LUTERO, 2000, p. 42).

organização do trabalho investigativo, na maneira como olhamos as coisas do mundo”, isto é, como algo dinâmico e, sua rigorosidade esquiva-se da busca por verdades absolutas.

## **LUTERO E EDUCAÇÃO: CAMINHOS E VEREDAS PARA A REFORMA**

Esta sessão da pesquisa trata, a partir da literatura luterana, os principais aspectos que caracterizam o pensamento educacional de Martinho Lutero, resultante das suas investidas em tratados escritos por volta do século XVI, destinados tanto aos nobres quanto aos pais e a sociedade em geral da Alemanha. Para isso, aborda, inicialmente, a trajetória histórica, elencando os contextos, nos quais Lutero estava inserido, que vão dar base compreensiva para os elementos fundantes desencadeadores da Reforma Protestante.

Para além da compreensão dos principais aspectos do pensamento educacional de Lutero, ou até mesmo da possível articulação entre Lutero e Educação, uma contribuição maior pode ser o resgate histórico e hermenêutico contributivo dos alcances sócio-político-educacional da Reforma Protestante na sociedade alemã, chave interpretativa fundante para se ler e interpretar a compreensão de educação de sua época em diálogo com a contemporaneidade.

Deste modo, a atribuição à Reforma de um caráter rejuvenescedor merece destaque não somente no âmbito religioso, mas transcende as ambiências educativas religiosas e este novo modo de pensar o humano abre veredas para leituras outras de sociedade a partir da exegese bíblica. Por isso, chama-nos a atenção quando da ausência ou a incipiência de dados substanciais sobre o espólio de Lutero e dos outros reformadores do século XVI nos manuais e compêndios de História da Educação, constatação feita por Jardimino (2009)<sup>2</sup> e também evidenciada por nós, na obra de Dermeval Saviani, intitulada *História das Ideias Pedagógicas no Brasil* quando o autor faz uma vaga referência a Reforma, tão somente, com o intuito de ilustrar o objetivo primordial da contrarreforma: “À Reforma protestante, materializada na ‘tese luterana da sola *scriptura*’, para a qual a doutrina, em sua pureza original, derivava dos textos originais hebraicos e gregos, a Igreja de Roma moveu tenaz oposição...” (SAVIANI, 2013, p. 46), levando-nos a entender que para a história das ideias

---

<sup>2</sup> Atentamos para a afirmativa do autor: “Os nossos compêndios de História da Educação dedicaram a essas ideias poucas páginas. Há uma ausência de material mais reflexivo do que foi esse momento na história da Educação” (JARDILINO, 2009, p. 8).

pedagógicas no Brasil nenhuma contribuição pôde ser extraída da Reforma protestante, nem tampouco do pensamento de Lutero.

Em contrapartida, o italiano Cambi ao analisar os impactos da Reforma protestante, ressalta que a partir do movimento do protestantismo,

[...] afirmam-se em pedagogia o princípio do direito-dever de todo cidadão em relação ao estudo, pelo menos no seu grau elementar, e o princípio da obrigação e da gratuidade da instrução, lançando-se as bases para a afirmação de um conceito autônomo e responsável de formação, não estando mais o indivíduo condicionado por uma relação mediata de qualquer autoridade com a verdade e com Deus (1999, p. 248).

Para se concretizar a reforma tão almejada, Lutero entende uma intrínseca ligação entre Reforma e Educação das crianças e dos jovens. E, ao pensar a educação não a pensa como fenômeno ilhado, e sim, como uma manifestação humana estabelecida na relação com a sociedade. Daí, sua preocupação com a democratização do ensino. Pessoas educadas e bem instruídas poderiam sustentar e alastrar o pensamento reformador, isto é, apenas à luz da Palavra, sujeitos livres das autoridades eclesiásticas da Igreja obteriam a condição autônoma (emancipada) para construir a sociedade, como afirma o próprio Lutero:

[...] o progresso de uma cidade não depende apenas do ajuntamento de grandes tesouros, da construção de grandes muros, de casas bonitas, de muitos canhões e da fabricação de muitas armas. Muito antes, o melhor e mais rico progresso para uma cidade é quando ela tem muitas pessoas bem instruídas, muitos cidadãos sensatos, honestos e bem educados. Estes então também podem ajuntar, preservar e usar corretamente riquezas e todo tipo de bens (2000, p. 19).

A partir do século XI, inúmeros acontecimentos vão acender densas transformações nas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais na Europa. Ao conjunto dessas reações, denominou-se baixa Idade Média. Nesse período, constata-se uma forte ascensão das cidades e o crescimento otimista nas relações comerciais. Assim, as cidades que até então se mantinham sob a tutela dos bispos, agora são libertadas, transformando-se em “comunas ou cidades livres” (cf. DEFREYN, 2005, p. 16).

Por volta do século XV, o sistema educacional medieval encontrava-se em crise e o clima religioso retratava uma igreja doente da cabeça aos pés (Jardilino, 2009). Assim constata Lutero: “... notamos hoje em todas as regiões da

Alemanha que as escolas estão abandonadas. As universidades são pouco frequentadas. Os conventos estão em decadência” (2000, p. 8). A nova situação sociopolítica e econômica evocava a necessidade de um novo modelo de educação e escola.

O novo sistema educacional defendido por Lutero emergia com uma base de formação mais ampla, voltada também ao preparo para as novas profissões. No entanto, é verdade, que a ênfase de Lutero recai justamente sobre o ensino das Sagradas Escrituras e, no que se refere à formação de pastores, sobre a pregação. Mas, alertava Lutero para a importância que todos os pais enviassem seus filhos para a escola, caso não tivessem aptidão para exercerem a função de pastor poderiam ser professores, ou escrivães, administradores públicos ou ainda assumir outros cargos que a sociedade e a administração pública viessem a suscitar.

A preocupação de Lutero com a difusão da Sagrada Escritura reflete seu empenho com a educação das crianças e jovens, pois, o Reformador atribuiu igualmente importância a ambas. Mas como essa educação alcançaria o maior número de indivíduos se o custo desta era tão alto? Lutero chegou a aconselhar aos nobres que evitassem o gasto com a compra de simonia (indulgências e falsas relíquias) e o dinheiro investido nessas coisas supérfluas fosse revestido à educação dos mais pobres. “Daqui em diante ele pode doar, como agradecimento e para a glória de Deus, parte disso para a escola, para educar as crianças pobres, onde está empregado tão bem” (LUTERO, 2000, p. 12). Democratizar a Sagrada Escritura, popularizar a educação e fomentar a “autonomia” do sujeito não fora uma tarefa simples para o Reformador.

Lutero não estava preocupado tão somente com o fato de se ter escolas. A sua preocupação transpassara a mera instância dos prédios e muros; ele pensara na metodologia que melhor poderia responder às exigências de sua época. Daí surge a ludicidade como instrumento educativo na concepção luterana. Falar do lúdico na educação do século XVI parece um tanto fora de contexto, haja vista a insignificância dada às discussões em torno do conceito de infância. Nesse período da história, pesquisadores chegam a firmar que a criança era vista como um adulto em miniatura, um projeto, ou ainda, uma folha de papel em branco, na qual se deveria escrever bastante para se alcançar a maturidade que lhe era exigida<sup>3</sup>. Segundo Jardimino, Lutero se antecipa ao seu tempo e compreende a concepção de infância

---

<sup>3</sup> Para melhor aprofundar essa compreensão, recomendamos a leitura do cap. IV – **O lúdico na época de Anchieta** – escrito por Maria Ephigênia de Andrade Cáceres Nogueira na obra intitulada *Jogos e Brancadeiras: tempos, espaços e diversidade (Pesquisas em Educação)* organizado por: KISHIMOTO, T. M. e SANTOS M. W., 2016.

ligada a educação e chega a ressaltar “o prazer na arte de brincar, pular e dançar” (JARDILINO, 2009, p. 58).

Conforme Altmann o lúdico na proposta pedagógica de Lutero surge como uma forma concreta e alternativa à educação punitiva e repressiva da escola medieval. Ao advogar em favor de uma educação lúdica, estaria o Reformador favorecendo a **criatividade** e a **espontaneidade** das crianças, além de ressignificar a imagem desgastada da própria escola, vista como o lugar da pressão psicológica, devido ao modo como as crianças eram castigadas.

Portanto, quando Lutero recorre ao lúdico como instrumento pedagógico surge, pois, simultaneamente, uma nova compreensão de prática educativa, a qual deixa de lado as normas e regras da escolástica – instrumentalizadas por uma prática rígida e ordeira – para inaugurar um novo tempo na pedagogia. O lúdico na perspectiva de Lutero é visto não só como estratégia atrativa aos jovens, mas como um modo acertado capaz de desenvolver uma linguagem simples e contextualizada, acessível às camadas mais necessitadas da sociedade.

## **EDUCAÇÃO POPULAR: UMA LEITURA FREIREANA**

Esta sessão do trabalho objetiva, além de realizar a discussão teórica sobre a Educação Popular, dando ênfase ao pensamento de Paulo Freire, identificar as principais categorias e as influências da educação popular na construção teórica-prática de suas ações socioeducativas. Pretendemos, portanto, situar o contexto histórico que emerge a Educação Popular no Brasil, destacando a tecelagem que caracteriza as suas expressões e sua vigência na contemporaneidade.

A ideia de uma “educação popular” no Brasil surge em meados da década de 1940-50 com o soerguimento de campanhas ministeriais motivadas por uma onda de desenvolvimento nacional aliada à política populista, com fins à mobilização das massas. O fomento a uma educação popular, estrategicamente estava ligada ao processo eleitoral e, conseqüentemente, ao bom êxito dos dirigentes políticos que necessitavam do apoio do “povão” nas urnas. Para tanto, o direito de voto, dependia impreterivelmente do processo de alfabetização, o que levou o grupo de políticos que detinham o poder na época a gerenciar programas, campanhas e movimentos de alfabetização de jovens e adultos destinados não apenas aos crescentes contingentes urbanos, mas também à população rural (Saviani, 2013). O gargalo de toda essa mobilização é que as referidas campanhas entendiam a educação

popular no sentido de controle ou dominação da população “assistida”. Apesar de sua abrangência, ao voltar-se às camadas mais pobres e até mesmo ao contemplar os/as moradores/as do campo, o modelo de educação vigente era de depósito e mera instrução pública. Desta feita, a educação continuava sendo idealizada para o povo e jamais com o povo, pois nenhuma iniciativa podia partir da população que passivamente recebia toda a carga de conteúdos que deveria absorver.

Em meados dos anos sessenta e setenta, o educador Paulo Freire apontava para o trabalho pedagógico junto e a partir da classe empobrecida, partindo do imaginário social e da concretude existencial mediante o chão da cultura popular. Com o intuito de fomentar as práticas educativas e a construção dos saberes, gestados a partir da relação educador-educando, Freire pensou a Educação Popular como uma estratégia efetiva visando uma prática transformadora. Imbricado a esse processo transformador estava a via de conscientização dos sujeitos. Vale salientar, que esta conscientização mesmo constituindo um constructo da subjetividade de cada indivíduo, não se constrói de forma isolada e nem muito menos descontextualizada. O processo de conscientização seguro parte do diálogo. *A priori* trazendo para a realidade os textos e os contextos de vida dos sujeitos envolvidos no processo educativo, proporcionando-lhes uma percepção crítica sobre a condição humana, mas também sobre o mundo, possibilitando a conscientização a partir do desvelamento da realidade objetiva. Porém, “que a realidade seja apreendida não como algo que é, mas como devenir, como algo que está sendo” (WANDERLEY, 2000, p.37).

O itinerário percorrido pela Educação Popular no Brasil retrata-nos as inúmeras faces que ela fora assumindo ao longo da história, “ora de teor tecnicista, ora de formação humana e profissional; ora por iniciativas oficiais dos governos, ora por movimentos sociais, a exemplo dos Movimentos de Cultura Popular; ora nos sistemas formais, ora nos espaços e modelos não-formais” (SILVA, 2011, p. 34). De acordo com Silva é possível identificar a Educação Popular por meio de suas práticas *de, com e para* o povo, as lutas pela universalização da educação assegurando os princípios de ser pública, laica e gratuita, de ser uma tradição pedagógica que opta pelas contextualidades como chão desafiador e possibilitador dos imaginários humanos, dos seus caminhos de formação humana, social e profissional, dentre outros.

A relação vida e conhecimento,<sup>4</sup> desencadeada nos moldes de uma educação popular, torna-se primordial nos processos de construção dos novos saberes para a vida, despertando nos sujeitos aprendizes uma releitura de mundo, uma nova percepção crítica sobre a realidade que os circunda e que os integra. Rer o mundo a partir do processo de conscientização significa a todo instante se aprimorar no lúdico, pois,

estar no mundo [...] sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar não é possível (FREIRE, 1996, p. 64).

Destarte, fica-nos claro que ao falarmos de Educação Popular no Brasil não nos referimos ao “método Paulo Freire”, mas, a uma filosofia prática e pedagógica ensaiada nos espaços geradores dos processos aprendentes e ensinantes. O pensamento freireano vai além de um método instrumental, demanda uma ação regada à luz de uma reflexão e problematização da tríade: humano-sociedade-mundo. Sendo assim, uma filosofia possibilitadora de uma resignificação e transformação humana frente à sua individualidade e coletividade.

Freire entende a educação como um instrumento possível de conscientização e libertação. Ao saber da sua condição de ser em estado de opressão, o sujeito tem consciência de que algo que lhe é de sua natureza está sendo-lhe negado. A liberdade de “ser mais” é a condição natural do ser, se lhe privam desta potencialidade, o ser passa a ser massa de manobra manipulada pela consciência opressora. É, portanto, imprescindível a vigência e a disposição de uma educação que venha a romper com essa cultura e sistema de opressão que operam veementemente em detrimento da libertação dos oprimidos.

Sendo o ser humano produto e produtor de ação social, os processos de conscientização e transformação do meio em que habita precisa acontecer em sociedade. O autor de *Pedagogia da Autonomia* propõe cuidadosamente nesta obra reflexões para o/a

---

<sup>4</sup> Sobre a articulação “vida e conhecimento” ler a tese de doutorado de Everaldo Fernandes da Silva intitulada *Processos Aprendentes e Ensinantes dos/as Artesãos/ãs do Alto do Moura: Tessitura de Vida e Formação*. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4161>. Acesso em 27/02/2017. Para o autor “o conhecimento não é algo dado, pronto e acabado que clama ser desvelado continuamente pelas inteligências humanas. O conhecimento é resultante dos ‘acoplamentos estruturais’ em que os sistemas vivos vão conseguindo ampliar-se e coexistir captando e ‘dialogando’ com as mudanças, melhor dizendo, obtendo superações contínuas, dentro das reais condições de possibilidade. Deste modo, as aprendizagens ocorrem dentro das inter-relações entre vida e conhecimento” (SILVA, 2011, p. 117).

educador/a repensar suas teorias e práticas, reavaliando-as em seus ditames internos e externos, micro e macrosociológicos face às realidades opressoras que porventura possam ser armadas até mesmo como carapuça tanto para educandos/as bem como para educadores/as.

Portanto, a educação para Freire tem a ver com o processo de humanização e emancipação dos sujeitos do que propriamente a “capacitação” do indivíduo para a sua inserção no mercado de trabalho. Com isto não chega a abolir ou menosprezar o processo de profissionalização, ao contrário “a estrutura social é obra dos homens e que, se assim for, a sua transformação será também obra dos homens. Isto significa que a sua tarefa fundamental é de serem sujeitos e não objetos de transformação” (FREIRE, 2008, p. 48).

## **EDUCAÇÃO LUTERANA E EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS POSSÍVEIS**

Nesta fase da pesquisa, alvitramos um diálogo aproximativo entre Educação Luterana e a Educação Popular. As abordagens epistemológicas em tela são representadas, prioritariamente, por dois de seus expoentes: Martinho Lutero e Paulo Freire. Aqui, detemo-nos à empreitada de estabelecer um diálogo entre estes dois autores, caracterizado como dialético-hermenêutico, elegendo algumas categorias, como um mapa de referências, que sejam possibilitadoras de maior lucidez sobre os aspectos educacionais desenvolvidos por ambos.

Salvaguardadas as devidas proporções de tempo e espaço, enxergamos possíveis aproximações entre o pensamento educacional de Lutero e a pedagogia de Freire. Vale salientar, que tanto Lutero quanto Freire estava enraizado num tempo, em contextos diferentes e tratando de educação com públicos diversificados e cosmovisões distintas. Mesmo assim, notórias são as contribuições desses autores para a sistematização de um modelo educacional mais humano e igualitário em meio às peculiaridades sociopolíticas e espaços-temporais. Podemos constatar simultaneidades, a partir dos cenários, nos quais se instauram: a Reforma Protestante e a Educação Popular. A primeira, de modo crítico, denuncia os abusos da corte religiosa romana com relação às práticas exploradoras de simonias e a própria crise da escolástica, evocando um novo jeito de se fazer educação, mais aberto, menos punitivo e repressivo, e que estivesse voltado para todos, inclusive os empobrecidos da Alemanha. A segunda, emerge em meio aos movimentos civis e de lutas por uma educação que levasse em conta as necessidades dos mais pobres e marginalizados da

sociedade; como instrumento de conscientização, encabeça a luta pela democratização do saber escolar, a inclusão de povos subalternizados nos espaços escolares e o reconhecimento dos saberes prévios acumulados pelos educandos/as.

Lutero entende a educação como um instrumento sério e importante de formação dos futuros cidadãos e dos verdadeiros cristãos. Quando os responsáveis pela educação levam adiante com acuidade esta causa, tanto os cristãos como os não-cristãos saem em vantagem, pois uma juventude bem instruída “é a solução também para nós e para todos” (LUTERO, 2000, p. 12). Essa aposta na criança e na juventude, por si, compreende uma quebra de paradigma do Reformador com a ideia que se tinha em sua época acerca da infância e da juventude. Lutero insiste na formação de crianças e jovens, alegando que quanto mais cedo forem educadas, mais cedo estarão aptas para ajudarem na construção da cidade e no alastramento da fé. Defende que só os adultos e os mais velhos podem ensinar às crianças e jovens, reconhecendo que a primeira formação acontece em casa a partir das vivências em família: “o próprio mandamento de Deus anima e exige freqüentemente, por intermédio de Moisés, que os pais ensinem os filhos” (LUTERO, 2000, p. 15) e, ademais, acusa veementemente as autoridades por negligenciarem a educação aos mais jovens: “deixaram a juventude crescer como as árvores do mato, sem se preocupar em como ensiná-la e educá-la” (Idem, p. 20).

Na mesma direção caminha Freire quando compreende a educação enquanto instrumento de conscientização dos sujeitos. Naturalmente, precisamos ponderar que Lutero não utiliza em seus inscritos a terminologia *conscientização*. Porém, ambos irão conceber a educação como via de formação humana e de intervenção social. No dizer freireano, “inserção esta que, sendo crítica, é compromisso verdadeiro. Compromisso com os destinos do país. Compromisso com seu povo. Com o homem concreto. Compromisso com o seu ser mais deste homem” (FREIRE, 2008, p. 25). Neste sentido, nem Lutero e nem Freire pensa a educação num âmbito metafísico, distante da realidade concreta. A ação educativa ganha forma e razão de ser no e com o mundo, através dos seus alcances e comprometimentos sócio-políticos.

Outro acento convergente entre o pensamento educacional luterano e a pedagogia freireana é a preocupação de ambos com a democratização da educação. “Esses meninos capazes deveriam ser encaminhados ao estudo, especialmente os filhos da gente pobre. Pois as rendas eclesiásticas e os tributos de todas as fundações e

conventos foram criados para esse fim” (LUTERO, 2000, p. 79). A proposição luterana de que a educação deveria ser para todos, independentemente de gênero<sup>5</sup> e classe social formula uma petição generalizada para que todos os pais, patrões e gente pobre, enviem seus filhos e filhas para a escola objetivando sua instrução.

Perante essa proposição, o Reformador rompe com a tradição de que a Igreja detinha o monopólio do ensino e da formação da época e passa a advogar em causa de uma educação com princípios inovadores. Esse desejo luterano de que houvesse um alargamento da educação do povo em geral ficou conhecido quando da sua missão de compilar os catecismos: Menor e Maior, com o escopo de instruir os fiéis das comunidades mais humildes e com pouco acesso aos textos eruditos.

Neste horizonte compreensivo, Freire caminha em direção à defesa da democratização da educação, no entanto com um adendo: que esta democratização nasça do ventre do próprio povo. Desta feita, enquanto Lutero pensa apenas a democratização escolar como tarefa inerente ao Estado e de conformidade à ordem social estabelecida, teóricos da educação popular apontam que ela não seja fim em si mesmo, mas cujo ponto de referência seja os movimentos populares. Sendo assim, atesta que

Esta é a razão pela qual se pode pensar a educação popular como um trabalho coletivo e organizado do próprio povo, a que o educador é chamado a participar para contribuir, com o aporte de seu conhecimento ‘a serviço’ de um trabalho político que atua especificamente no domínio do conhecimento popular (BRANDÃO, 2012, p. 100).

O autor chama-nos atenção para o caráter político e emancipatório que a Educação Popular desperta por meio da atuação dos próprios grupos populares. A intenção é afastar todo e qualquer estigma de uma educação exploratória, periférica e populista, a qual se fundamenta sob os princípios capitalistas visando tão somente os interesses estatais, silenciando a criatividade, espontaneidade e os próprios saberes populares.

## CONSIDERAÇÕES

---

<sup>5</sup> Lutero pensou o acesso à educação tanto para meninos quanto para meninas, inclusive quando se refere à relação entre trabalhos educativos (escolares) e trabalhos civis (profissão). “Mencionava explicitamente homens e mulheres – um passo ousado naquele tempo -, ainda que para as mulheres pensasse especificamente no cargo de professoras para as escolas de meninas. Contudo, já se observou acima que Lutero colocava o ofício de professor, junto com o de pastor, no topo de sua escala de valores” (ALTMANN, 1994, p. 204).

No término desse percurso reflexivo, guardamos com clareza que um pensador no apagar das luzes medievais, em seu contexto que solicitava a emergência de outras estruturas de poder e, por conseguinte, de formação, respondeu com firmeza à sociedade europeia que os caminhos da livre interpretação da bíblia (autonomia), da escolarização como ofício divino e do conhecimento como instrumento emancipador, demarcaram novos tempos e formulações estreitando os laços de vida e conhecimento, de formação e autonomia dos sujeitos. De forma paritária em seus propósitos, Paulo Freire na segunda metade do século XX atesta que esse caminho deve alcançar os aspectos socioestruturais e de humanização, vividos de modo crítico, criativo e infundável, uma vez que a construção da liberdade e da libertação é infundável e em constante devir, ao mesmo tempo, que coletivo e inclusivo.

## REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Walter. **Educação e libertação**. São Paulo: Ática, 1994.
- BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular**. Col. Primeiros Passos. nº 20, São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
- DEFREYN, V. **A tradição escolar luterana: sobre Lutero, educação e a história das escolas luteranas até a Guerra dos Trinta Anos**. São Leopoldo: Sinodal; Canoas: Ulbra, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Trad. de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 31.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia** – Saberes Necessários à Prática Educativa. 39.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JARDILINO, José Rubens L. **Lutero e educação**. Coleção Pensadores e Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- LUTERO, M. **Educação e reforma**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2000.
- SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SILVA, Everaldo Fernandes da. **Processos aprendentes e ensinantes dos artesãos/ãs do Alto do Moura: tessitura de vida e formação**. 2011. 279 f. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco- UFPE - Recife, 2011.



WANDERLEY, L. E. **Educação Popular:** metamorfoses e veredas. São Paulo: Cortez, 2010.